



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOSÉ THIAGO SILVA DOS SANTOS

**PRÁTICAS DOCENTES ÉTNICO-RACIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE
APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08**

**GUARABIRA-PB
201**

JOSÉ THIAGO SILVA DOS SANTOS

**PRÁTICAS DOCENTES ÉTNICO-RACIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE
APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08**

Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.
Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno.

**GUARABIRA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S194p Santos, José Thiago Silva dos.
Práticas docentes étnico-raciais [manuscrito] : uma possibilidade de aplicação da lei 11.645/08 / Jose Thiago Silva dos Santos. - 2018.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2018.
"Orientação : Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno , Coordenação do Curso de História - CH."
1. Prática Docente. 2. Questões Indígenas. 3. PIBID. I.
Título
21. ed. CDD 320.56

JOSÉ THIAGO SILVA DOS SANTOS

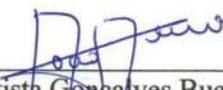
**PRÁTICAS DOCENTES ÉTNICO-RACIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE
APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08**

Artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de graduado em História.

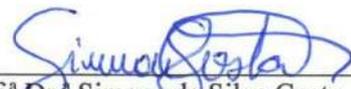
Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em: 23/11/2018.

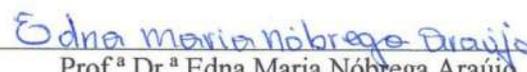
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Simone da Silva Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu avô, *in memoriam*, José Maria da Silva
Sobrinho pelo incentivo a seguir a carreira docente,
ensinamentos e ajuda, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Escrever essas linhas abaixo é uma tarefa muito difícil. Afinal, passados quase cinco anos de um curso, inúmeras relações são construídas, carinhos e afetividade são trocados, ou seja, não se sai inerte dessas relações. No entanto, é imprescindível demonstrar nossos afetos para aquelas pessoas que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus pais, Márcia Maria e Manuel Souza, pelos cuidados e por todo amor para comigo ao longo da minha vida. Obrigado por todo incentivo no decorrer do curso, por todo empenho. Com todo esforço estão me vendo prestes a me formar em um curso superior, sendo o primeiro da família a conseguir tal feito e isso me deixa muito orgulhoso, nem tanto por mim, mas por eles. Espero que com isso, com o orgulho que eles estão sentindo por mim, eu possa retribuir, em parte, o que sacrificaram por toda a vida para que eu conseguisse aqui chegar.

Ao meu orientador, professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno, por ter aceitado me orientar e pelas contribuições no decorrer do trabalho.

A Edna Oliveira, pelos incentivos nos momentos em que pensei em desistir. Obrigado por toda ajuda, a força de nossa amizade me manteve em pé diante tantas adversidades. Obrigado por existir e por compartilhar sua amizade comigo, para você, desejo toda a felicidade do mundo, espero continuar te vendo crescer, te aplaudir em suas conquistas e ajuda-la nos momentos tortuosos.

A Cibelle Jovem Leal, professora do curso de História, pelos incentivos para realização desse trabalho. Os laços afetivos construídos foram para além da sala de aula. Um ser humano incrível, com toda sua resiliência e força de vontade, na contínua busca por melhorias na educação, na maneira de trabalhar com os alunos. Minhas apreensões de sala de aula mudaram ao ter contato com essa pessoa incrível.

A todo corpo docente do departamento de história, em especial aos professores Carlos Adriano, Joedna Menezes, Naiara Ferraz, Edna Nóbrega, Susel Oliveira, Cristiano Cristillino, Mariângela Nunes e Simone Costa. Mais do que me tornarem profissional em minha área, eles me ajudaram a ser mais humano, a ter empatia pelos outros, a perceber a importância do respeito para vivermos em sociedade. Os laços construídos na universidade foram decisivos para a minha desenvoltura em sala de aula, na maneira de me relacionar com os alunos, tratando-os da maneira que fui tratado, com carinho e respeito.

Gostaria de agradecer a Eduardo Nascimento, a Francileide Rodrigues, a Israel Santos e a Wellington Pereira que participaram comigo entre os anos de 2016 e 2017 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. As experiências obtidas com o programa foram essenciais para realização desse trabalho. Estendo meus agradecimentos também aos meus primeiros colegas de Programa: Sandeilson Nunes, Velbiane Chaves, Mirelly Maciel e Maria Aldeizy. Todos eles contribuíram decisivamente na minha prática docente.

A Adriana do Nascimento Lira, pelos incentivos e contribuições diretas nas linhas desse trabalho. Obrigado pelo estímulo e pela força nos momentos de maiores adversidades. Sem seus incentivos, esse trabalho não seria possível. Todo carinho e amor foram de suma importância para que minhas ideias se concretizassem.

Agradeço a Júlio César Miguel, pessoa incrível e extremamente admirada por todos que o rodeiam. Obrigado, meu amigo, por ter, ao longo de nossa graduação, ajudado a todos sempre. Sua humildade e afetos foram alentos nas horas de dificuldade de nossa turma. Você, amigo, esteve sempre à frente de nossa turma mantendo aquela que é uma de suas mais bonitas características, a humildade. Sou-lhe grato por tudo.

Gostaria de agradecer especialmente a minha turma 2014.1 que ao longo da graduação aprendeu a ser realmente uma turma, unida, ajudando uns aos outros nos momentos de dificuldades no curso e, também, em problemas pessoais. Mais do que colegas de curso, vocês tornaram-se meus amigos.

Meu muito obrigado, Wellington Laurentino, Alan Marcus, Alex Douglas, Renata Padilha (ser iluminado), Matheus Abdon, Pedro Torres, Aniele Oliveira (Any), Yanna Soares (Deusa), Luana Moura, Eduardo Nascimento (Bia Fitness), Francileide Rodrigues (deboismo), Allan Emerson (rocheda), Rosângela Lima, Neto Henrique, Júlio César (o poeta), Cilene Maximiano. Desejo a vocês sucesso em suas escolhas futuras, levarei vocês comigo pelo resto da minha vida.

Aos que aqui não foram mencionados (por esquecimento) agradeço também. Várias pessoas passaram por minha jornada, se não contribuíram diretamente, indiretamente ajudaram. Força e luz na jornada da vida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DESENVOLVIMENTO.....	9
2.1. A experiência proporcionada pelo PIBID: A temática indígena na sala de aula.....	15
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	234

PRÁTICAS DOCENTES ÉTNICO-RACIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08

José Thiago Silva dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tem a intenção de refletir a prática docente quando são trabalhadas em sala de aula temáticas étnico-raciais de acordo a lei 11.645/08. Inicialmente, discutir-se-á brevemente as questões indígenas, bem como a luta do movimento indígena na busca por direitos renegados no decorrer de nossa história buscando, desse modo, seus espaços em nossa sociedade. Num segundo momento se relatará a experiência em sala de aula proporcionada pelo PIBID (subprojeto História UEPB Campus III) realizada na escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Emiliano de Cristo durante o ano de 2017 na cidade de Guarabira - PB. Lá desenvolvemos o projeto *Identidade/cidadania indígena no século XXI* que tinha por objetivos aproximar o indígena dos nossos alunos e, porventura, sanar alguns preconceitos encontrados com relação aos grupos indígenas presentes na sociedade. Como aporte teórico para desenvolver este trabalho irá se utilizar, na perspectiva de conhecimento do movimento e das lutas indígenas, Munduruku (2012) e como reflexão da prática docente na sala de aula as autoras Shimidt (2009) e Bittencourt (2009).

Palavras-Chave: Prática Docente. Questões Indígenas. PIBID.

¹ Aluno de Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: josethiagosilvas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho só foi possível graças às experiências adquiridas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) vinculado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, Guarabira-PB. O programa atua como processo de incentivo e melhoria da educação básica brasileira e foi por meio dele que pudemos vivenciar as inquietudes do campo escolar, bem como ter os aportes necessários para nossa prática docente.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – (Capes), um dos objetivos do PIBID é:

“inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem”. (BRASIL, 2015)

O projeto de Iniciação à docência (PIBID) foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, fez parte do projeto integrar as investigações que são desenvolvidas pelos professores (as) e pesquisadores (as) que participam do grupo de pesquisa do CNPq *Rastros: História, Memória e Educação* cuja sede é o Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da USF. Esse projeto foi aprovado no edital CNPq/ MCTI N° 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

O trabalho aqui apresentado foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Emiliano de Cristo, na cidade de Guarabira-PB, bairro do Nordeste durante o ano de 2017. Um ponto importante a ser destacado diz respeito à diversidade social dos que compõem aquela escola, pois tínhamos desde alunos (as) que vivem e convivem dentro de regiões consideradas periféricas na cidade até outros (as) que residem em bairros considerados mais centrais e que possuem maior poder aquisitivo, assim como acontece na maioria das escolas públicas de nosso país.

Diante da experiência nossa inserção na escola proporcionou um paralelo com a formação universitária, o que foi de fundamental importância para melhoria tanto da escola como para a nossa formação como futuros docentes. Estando lá presentes pudemos vivenciar o dia a dia das relações educativas o que, por consequência, nos fez emparelhar as teorias estudadas nas cadeiras da Universidade com a prática moldada diante das especificidades da escola.

Nossa proposta de trabalho, no ano de 2017, foi pautada nas questões indígenas atuais, por isso utilizamos a prática da lei 11.645/08 em sala de aula com vistas a sanar alguns preconceitos presentes em nossos alunos com relação aos grupos indígenas. Diante disso, este trabalho visa a abordar duas questões essenciais na nossa proposta: Em primeiro lugar abordaremos, a partir da lei 11645/08, os entraves com relação às questões indígenas no decorrer da história do Brasil, focando principalmente nas décadas de 70 e 80 do século XX, anos que as comunidades indígenas tiveram maior protagonismo assumindo lugares de fala na luta por direitos renegados e básicos para essas comunidades.

No segundo momento buscamos refletir, através das experiências obtidas com nossa proposta, o papel do professor na educação, sobretudo na sua participação na mudança efetiva na sociedade. Para tal, relataremos as experiências obtidas por meio do PIBID na escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Emiliano de Cristo no ano de 2017 com o objetivo de contribuir e desconstruir alguns preconceitos estabelecidos no meio social que foram construídos ao longo do tempo.

Aos que lerão este trabalho faz-se necessário mencionar que em nenhuma hipótese as ideias apresentadas aqui, sobretudo nos relatos práticos, tencionam criar um paradigma a ser seguido, mas, sim, por meio de nossa proposta, iniciar uma reflexão prática e teórica sobre a temática indígena e as influências do trabalho docente na efetiva mudança no seio da sociedade. Através da educação acreditamos numa melhora significativa da sociedade, sobretudo na mudança de visão por parte dessa sociedade com relação às comunidades indígenas segregadas historicamente.

2. DESENVOLVIMENTO

A lei 11645/08, sobre a qual trataremos nessa primeira parte, reforça a relevância que as escolas têm de mudança social ao tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas em todos os níveis do ensino básico do país. Esta lei busca desmistificar e erradicar preconceitos construídos ao longo dos anos, dando protagonismo a essa parcela de nossa sociedade, participantes da construção do nosso país.

A referida lei alterou a Lei nº 9.394², de 20 de dezembro de 1996, anteriormente modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)

temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Mas, afinal, o que diz a lei 11.645/08?

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008, grifo nosso)

A promulgação da lei significou uma grande conquista do movimento indígena que desde a constituição de 1988 não tinha tanta evidência perante a sociedade não indígena. A constituição de 1988 e posteriormente a lei 11645/08 foram momentos isolados de conquistas dos movimentos indígenas que muito antes das promulgações citadas lutaram por seus direitos, buscando seus lugares até então renegados pela sociedade. Para podermos entender as lutas dos movimentos indígenas, faz-se necessário analisarmos a história de nosso país e de como esses grupos foram sendo tratados ao longo de nossa história.

Daniel Munduruku, indígena, em seu livro *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro* (2012), descreve o processo de segregação imposta aos indígenas ao longo da história brasileira em diversos aspectos e de variadas maneiras dentro do processo civilizatório brasileiro. Este processo foi iniciado pelos colonizadores portugueses, apoiados pela Igreja Católica a partir do século XVI, desconsiderando os valores econômicos, políticos, sociais e religiosos e expropriando, também, todo conhecimento ancestral indígena.

Para o autor, com a chegada dos colonizadores portugueses nas terras que seriam chamadas de Brasil, foram criados alguns modelos de políticas indigenistas, ou seja, a maneira com a qual lidariam com os povos indígenas encontrados no território. Na perspectiva de Munduruku os dois grandes modelos foram o Exterminacionista e o Interacionista.

O modelo exterminacionista foi o primeiro a ser adotado, sendo posto em prática desde a chegada dos portugueses. O paradigma exterminacionista foi, segundo Munduruku (2012, p.28), “[...] um longo período histórico no qual predominou a violência física,

concretizada em práticas genocidas, legalmente autorizadas pelo governo português”. Assim Munduruku sintetiza o período exterminacionista:

[...] Centenas de povos e milhares de pessoas sucumbiram ao emprego da violência física e cultural: o genocídio concretizado pela escravidão, pelas doenças estranhas, pela ganância homicida dos apesadores de índios, aliado ao etnocídio promovido pela igreja, por meio da catequese em sua política de proibição, demonização e inferiorização das culturas indígenas. (MUNDURUKU, 2012, p.30)

Esse período perdurou por alguns séculos de nossa história relegando os indígenas a quase desaparecerem por completo. Amparadas por ideias evolutivas, novas políticas indigenistas foram criadas pelo governo brasileiro a partir de 1910 tendo em vista o desaparecimento gradativo das populações indígenas. O paradigma interacionista se sustentava nessas ideias, taxando as comunidades indígenas ainda existentes de inferiores. Sendo assim, cabia ao estado à tutela dessas comunidades, visando à proteção, o provimento de um sustento, e uma futura “integração” com a sociedade não indígena.

Para efetivação da política indigenista de integração foram criados alguns órgãos que seriam responsáveis pela proteção e integração dos grupos indígenas que ainda viviam no Brasil, entre eles, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI criado em 1910. Ele se constituiu como a primeira maneira institucionalizada do estado brasileiro de tratar com a questão indígena.

Essa medida adotada aos poucos acabou sendo um fracasso. O SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, agora responsável por representar e defender a vontade dos índios. Até tal institucionalização menosprezava-se a capacidade dos “índios” em se organizarem e se defenderem através das políticas integracionistas. Para fazer frente aos fracassos das políticas estatais e a forma pela qual essas políticas desprezavam as comunidades indígenas foi necessária a organização das próprias comunidades indígenas com ajuda da sociedade civil, visando buscar autonomia e direitos que até então eram renegados.

As comunidades indígenas sempre foram vistas como atrasadas e como empecilho para o desenvolvimento do país, sobretudo no regime civil-militar 1964-1985 com suas frentes de expansão nas áreas indígenas, buscando o “desenvolvimento do país”. Para a sociedade brasileira os indígenas eram “um estorvo ao desenvolvimento do país, que ficava parado por conta da presença indígena em seu território” (MUNDURUKU, 2012, p.45).

A organização dessas comunidades pairava inicialmente por estas vertentes: assumir seu lugar de fala e lutar por seus direitos. Para isso, inicialmente, enfrentaram um grande desafio: o termo “índio” que era usado como forma pejorativa. Criado através de um erro

náutico³ o termo “Índio” deturpava e homogeneizava todas as particularidades de cada comunidade que lutavam individualmente por interesses específicos e individuais. Até a década de 1950 o termo “índio” era desprezado e odiado por esses grupos. Mediante organização tiveram que ressignificar e apropriar-se do termo para “afirmar a diferença e lutar pelos interesses, não mais de um único povo, mas de todos os povos indígenas brasileiros”. (MUNDURUKU, 2012, p.45)

O movimento de ressignificação/apropriação inicia-se a partir da década de 1970, junto com as Assembleias Indígenas (reuniões de líderes de algumas comunidades indígenas) que objetivavam uma união para lutas em comum, visavam principalmente à reafirmação da importância do território indígena, utilizando como argumento o fato de que os territórios são o principal instrumento para a manutenção da cultura tradicional.

Como citado anteriormente, as comunidades indígenas lidavam com os problemas e buscavam melhorias apenas a nível local, ou seja, apenas organizavam-se para defenderem determinadas comunidades, não havia uma união a nível nacional. As Assembleias tiveram o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) agindo como organizador, o órgão era ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Com o impulso dado pelo CIMI a força do movimento indígena brasileiro passou a ser evidente.

Na década de 80 essa força levou o movimento indígena a se espalhar pelo Brasil reafirmando a luta por direitos com maior volume organizacional. O movimento passou a se descentralizar dos grandes centros urbanos como forma de expansão e de fuga devido à repressão imposta ao movimento pelo regime militar. Nas palavras de Munduruku (2012, p.55), “os anos 1980 foram muito fortes para o movimento indígena, pois representaram uma fase de afirmação de alianças com muitos seguimentos da sociedade civil e com setores populares”.

O movimento indígena, junto com a sociedade civil nos anos finais da década de 80, conquistou uma grande vitória com o início do processo de redemocratização do Brasil, o impulso para o movimento indígena brasileiro conquistar seus direitos que até então eram renegados se concretizou com a promulgação da Constituição de 1988. Nas palavras de Valentini a constituição de 1988 foi:

[...] uma grande conquista para os povos indígenas e seus apoiadores. Pela primeira vez em um documento oficial foi abandonada a visão assimilacionista ao reconhecer e garantir-lhes o direito às suas especificidades étnico-culturais, assim como seus

³ Referimo-nos especificamente ao erro na rota de Cristovão Colombo, que acabou levando-o a chegar onde hoje é a América Central, sendo que o mesmo tinha como destino países da Ásia, conhecido genericamente por “Índias”, acreditando piamente que tinha chegado às Índias, acabou denominando os habitantes que ali se encontraram de “Índios”. Ver Amado e Figueiredo (1991).

direitos sobre terras ao serem definidos como população originária; e ainda o direito de terem escolas diferenciadas e bilíngues, com currículos e calendários específicos. (VALENTINI, 2018, p.11)

Dessa forma, o reconhecimento garantido pela Constituição foi fruto das lutas dos movimentos indígenas e de sua organização ao longo das décadas anteriores. No entanto, esse reconhecimento oficial, diante de descompassos do nosso país, não foi efetivado tendo em vista o contexto de nossa sociedade. O preconceito construído paulatinamente visando à opressão e ao reducionismo dos povos indígenas ao longo dos séculos ainda permanecia. A visão preconceituosa que nossa sociedade foi levada a ter era regra. Novos caminhos deveriam ser construídos, pontes deveriam ser erguidas através da luta, organização e mobilização dos movimentos indígenas e de seus apoiadores.

A incapacidade do estado de efetivar políticas públicas em apoio às comunidades indígenas, sobretudo com relação à ineficiência nas demarcações de terra é, para muitos, o principal fator de manutenção da tradição das comunidades. Impulsionados pelas iniciativas tomadas a partir da década de 90 com a repercussão da “Marcha indígena”⁴ o movimento indígena passou a buscar reconhecimento perante a sociedade assumindo a defesa do papel de coparticipantes no processo de formação da sociedade brasileira.

Diante dessa perspectiva, no ano de 2008, 20 anos após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a luta do movimento indígena obteve mais uma grande vitória a nível oficial: a publicação da lei 11.645/08 incluindo na LDB, além da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira (incluído anteriormente pela lei 10.639/03), também, o ensino da história e da cultura indígena.

Mais um passo importante foi dado e a partir da escola preconceitos poderiam ser desmistificados e novos conceitos poderiam ser construídos. Diante de tudo que tratamos até aqui, podemos reafirmar:

A inclusão da temática indígena na escola é resultado de um amplo movimento de luta dos povos originários—juntamente com outras entidades, como ONGs, universidades, igrejas – por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais. (SCHNEIDER, 2012, p.54)

No entanto, a prática efetiva da lei nas escolas é de fundamental importância para que haja o alcance dos objetivos pretendidos por ela, ou seja, o respeito à diversidade presente nas comunidades indígenas, levando em consideração as diferenças religiosas, de costumes, de conhecimentos, organização social, dentre outros. Contudo, na realidade brasileira de descompassos, nem sempre as políticas públicas são respeitadas, independentemente do

⁴ Caminhada de diversos grupos indígenas em protesto às comemorações alusivas aos 500 anos da chegada dos portugueses nas terras que seriam denominadas de Brasil promovidas pelo estado brasileiro nos anos 2000.

aspecto. Passados 10 anos da aprovação da lei 11.645/08 será que as escolas aplicam a lei? Como aplicá-la nas salas de aula? Quais são os nossos desafios como futuros professores de História ao nos propormos a “dar voz” a essa parcela de nossa sociedade, que durante séculos foram relegados ao esquecimento?

Nas escolas brasileiras predominam uma excessiva quantidade de conteúdos no currículo obrigatório, fator que pode ser elencado por professores⁵ e corpo diretivo das escolas como justificativa para não anexar mais um, a prática da lei. Para muitos, a prática da lei é relegada a um conteúdo dissociado do currículo, justificando assim, o “deixar de lado” da proposta evidenciada na lei.

O currículo, por sua vez, é moldado através de uma visão eurocêntrica⁶, pautando os acontecimentos na Europa a despeito da história de qualquer outro continente, visão essa que se reflete nos livros didáticos. Ao analisarmos esses livros verificamos que a questão indígena é tratada basicamente em dois momentos: o contato entre os europeus (portugueses) e as comunidades indígenas desencadeando o processo da colonização. Em alguns livros se trata superficialmente da questão indígena no contexto da promulgação da constituição de 1988⁷.

Mesmo com todas essas dificuldades o professor pode e deve buscar meios para poder dinamizar a sua prática visando ao desenvolvimento da aprendizagem dos sujeitos em formação (alunos):

A sala de aula pode ser esse espaço formador para o aluno. Espaço que ele aprende a pensar, elaborar e expressar melhor suas ideias e a ressignificar suas concepções, ao ser introduzido no universo dos saberes teoricamente elaborados e nos procedimentos científicos de análise, interpretação e transformação da realidade. (GARRIDO, 2012, p. 125).

Diante dessa perspectiva, a importância da escola e do professor se evidencia. Desta forma, a prática do professor na sala de aula torna-se ainda mais importante, já que ela é o espaço propício para que se possam desenvolver habilidades. A escola pode ressignificar conceitos pré-concebidos pelos sujeitos que por ela passem tornando-se, para além de um espaço formador, um espaço ressignificador.

⁵ Entrevistas informais feitas no desenvolvimento do trabalho para podermos entender os motivos que levavam a não efetivação da lei 11.645/08.

⁶(NADAI, 1992)

⁷ Analisamos previamente os seguintes livros:

COTRIM, Gilberto. RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer história**. 7.ed. São Paulo:Saraiva, 2012.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **Oficina de História**. 1.ed. São Paulo: Leya, 2013.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história**: das origens do homem à era digital. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2015.

Schimidt (2009) em seu texto *A formação do professor de história e o cotidiano na sala de aula* discorre que a sala de aula é um ambiente muito mais amplo e complexo no sentido estrito do termo:

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmitem informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual se torna inseparável o significado da relação entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa. Na sala de aula, evidenciam-se, de forma mais explícita, os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica. (SCHIMIDT, 2009, p.55)

A sala de aula é o espaço do professor e do aluno, a prática do professor pode refletir nas suas aulas as tornando significativas ou não para os discentes. Sendo assim, nós professores devemos estar atentos a nossa prática para que assim possamos conquistar nossos alunos, podendo incentivá-los a querer aprender, a construir junto, a ressignificar certos conceitos que estão imbricados neles por diversos fatores, como sociais ou familiares. Nossa ação docente é figura central na mudança de determinados preceitos sociais, como por exemplo, a estigmatização e segregação das sociedades indígenas por diversas camadas de nossa sociedade.

A figura do professor em uma aula de história pode contribuir de maneira significativa na elaboração do conhecimento dos alunos, na medida em que “ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer ao seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade que edificou este conhecimento”. (SCHMIDT, 2009, p. 57).

Para Schmid e Garcia (2005, p.298) a aula é como um “[...] espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar”.

Tendo como norte as reflexões acima farei, a seguir, um relato de como tentamos colocar a lei 11.645/08 em prática através da atuação do PIBID na escola Monsenhor Emiliano de Cristo. Em suma, diante de nossa abordagem, buscamos construir junto com os discentes o conhecimento sobre as comunidades indígenas brasileiras e, a partir de nossa prática, ressignificar determinados preceitos que encontramos no decorrer de nossa atividade docente.

2.1 A experiência proporcionada pelo PIBID: A temática indígena na sala de aula

A proposta de trabalharmos a temática indígena partiu do nosso coordenador, o professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno⁸ em reuniões que ocorreram no primeiro semestre de 2017. Ela foi amplamente discutida e aceita por todos os bolsistas presentes, estávamos divididos em três grupos, cada um com cinco componentes e mediante as especificidades cada grupo teria que desenvolver um tema que abarcasse a questão indígena.

Junto com Eduardo do Nascimento Silva, Francieleide Rodrigues dos Santos, Israel dos Santos Silva e Wellington Pereira da Silva⁹ desenvolvi o projeto intitulado *Identidade/Cidadania Indígena no Século XXI*¹⁰ na Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Emiliano de Cristo, situada no Bairro do Nordeste, cidade de Guarabira-PB. Ao apresentar a ideia inicial ao nosso coordenador ela foi bem aceita e fomos direcionados por ele para uma efetiva execução.

A alternativa encontrada por nosso grupo para efetivação das propostas elencadas na reunião foi a de, inicialmente, conhecer as turmas que iríamos trabalhar no ano de 2017 e assim começar a desenvolver metodologias que fossem de acordo com a turma escolhida, pois se faz necessário que nós professores tenhamos o conhecimento de nosso público para que nossa tarefa seja proveitosa, assim como Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky em seu capítulo do livro *História na sala de aula* (2007, p.23) falam: “se o professor é o elemento que estabelece a intermediação entre o patrimônio cultural da humanidade e a cultura do educando, é necessário que ele conheça da melhor forma possível, tanto um quanto o outro”.

Mediante as primeiras semanas de observações nas turmas em que a professora Severina Gomes, professora efetiva da rede estadual de ensino, lecionava as aulas de História escolhemos a turma do 2º ano “A” da referida escola. Nesta turma pudemos ver um maior envolvimento por parte dos discentes, o que se tornou decisivo para nossa escolha.

Do ponto de vista prático passamos a estudar nosso objeto e traçar meios que pudessem dinamizar as aulas temáticas, centrando na questão da identidade/cidadania indígena no século XXI. Ao expormos nossas ideias para os alunos houve euforia por parte deles, pois era uma novidade na escola. Essa reação nos causou estranheza e reforçou ainda mais a nossa tarefa de ser um fio condutor entre aqueles alunos e as comunidades indígenas tão estereotipadas por nossa sociedade:

⁸ João Batista Gonçalves Bueno é Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Educação também pela Universidade Estadual de Campinas, Licenciado e Bacharel em História, professor adjunto da Universidade Estadual da Paraíba pelo Departamento de História e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em formação de professores pela Universidade Estadual da Paraíba.

⁹ Alunos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ex-bolsistas que participaram junto comigo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.

¹⁰ Tema escolhido pelo nosso grupo para trabalharmos a questão indígena na sala de aula.

Na escola, principalmente, predominam visões estereotipadas dos povos indígenas, oscilando entre a concepção romântica de um indígena puro, inserido na natureza, ingênuo e vítima e um índio bárbaro, selvagem e preguiçoso, empecilho para o progresso. (BERGAMASCHI, 2012, p.9)

Desta forma, buscamos incansavelmente desmistificar certos preceitos de segregação dos nativos que viviam aqui antes da chegada dos europeus. Nossos alunos só viam o indígena como algo distante, que não faz parte da sua história. Na sala de aula, em um primeiro momento, trabalhamos o processo de apagamento da identidade indígena, mostrando aos discentes que tal processo se deu em razão da imposição dos povos europeus que durante a colonização puseram sua cultura e modelo de sociedade como superiores a dos nativos.

Em nossas reuniões de planejamento semanal nas dependências da escola com nossa supervisora Severina Gomes¹¹ decidimos que a temática em si seria desenvolvida em quatro momentos para maior engajamento e sucesso pessoal com nossos alunos. Faríamos uma grande aula dinâmica que contextualizasse os aspectos que levaram as comunidades indígenas a chegar à situação atual. Em um segundo momento seríamos o aporte entre os discentes, a cultura e os costumes dos grupos indígenas brasileiros efetivando as riquezas presentes nessas comunidades segregadas; no terceiro momento, a partir das nossas intervenções com reflexões junto aos alunos (o construir junto), surgiria o espaço da pesquisa e apresentação dos resultados por parte dos próprios alunos. No quarto e último momento efetivaríamos nossa proposta ao organizarmos uma aula de campo materializando as aulas teóricas e proporcionando o contato dos alunos com o nosso objeto de estudo.

Nossas ações demonstram a importância do planejamento para que pudéssemos ter êxito em nossa proposta:

Planejar é uma atividade inerente à educação escolar. Visto que esta tem como características básicas: estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação e, obviamente, evitar a improvisação. (AZEVEDO, 2013, p.7)

No nosso primeiro encontro intitulamos a aula como *Caminho Brasileiro para a Cidadania Indígena*¹². Para nossa conveniência escolhemos o dia 09 de Agosto de 2017, pois neste dia a turma tinha duas aulas seguidas e a dinamização poderia ser mais desenvolvida. Neste momento inicial buscamos esmiuçar inicialmente o contexto histórico que evidenciava a situação em que vivem as comunidades indígenas. Para isso utilizamos como metodologia inicial a análise da música *Índios* da banda brasileira Legião Urbana. Para termos um melhor

¹¹ Professora efetiva da rede estadual de ensino. Participou do PIBID como nossa supervisora na escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo.

¹² Título escolhido em alusão ao texto de Gomes (2012), utilizado como base para aula.

aproveitamento da nossa proposta levamos em consideração os cuidados apontados por Bittencourt (2009), sobretudo com relação à análise isolada da letra de uma música.

Por meio da análise da música junto com os discentes pudemos esmiuçar características do primeiro contato entre os colonizadores (europeus) e os nativos do “novo mundo”¹³, as viagens que levaram ao contato com os habitantes do que hoje chamamos de América Central e, também, as expedições que conduziram a chegada dos portugueses ao território que hoje chamamos de Brasil.

Em meio à contextualização da história de opressões sofridas pelos nativos aqui presentes que foram denominados de índios (em virtude do erro náutico já mencionado) surgiram inúmeras indagações por parte dos alunos. Na maioria deles, a surpresa era notória. Outros nos perguntavam os motivos de tanta violência.

Após responder todos os questionamentos partimos para novas indagações, entre elas, o sentido das comemorações do dia 19 de Abril nas escolas. Pedimos que os alunos nos relatassem suas experiências com relação à data e a partir disso pudemos refletir sobre como a mesma é trabalhada.

Para Bittencourt (2009, p.189) o conhecimento prévio do aluno é uma condição necessária para a construção de novos significados. Para a autora deve se levar em conta “as experiências históricas vividas pelos alunos e as apreensões da história apresentada pela mídia – cinema e televisão, em particular – por parte das crianças e dos jovens, em seu cotidiano”.

Sendo assim, a partir dos relatos dos alunos, percebemos que nas escolas de educação básica o dia 19 de Abril é trabalhado de maneira descontextualizada, onde se caracteriza a homogeneização dos inúmeros grupos indígenas como se os mesmos não tivessem suas culturas, crenças, costumes, línguas, modo de lidar em sociedade. Ou seja, descaracterizam as multiplicidades encontradas nesses grupos em nome do dia do índio e reduzem a representação desse nativo a um menino/menina com uma pena na cabeça, um short/saia feita ou coberta com folhagens, além do rosto pintado, geralmente com riscos grossos de tinta nos rostos.

As críticas e reflexões lançadas em conjunto com nossos alunos em relação às comemorações feitas no dia do índio foram feitas mediante intermédio de um vídeo intitulado “Colonizado”¹⁴ feito pelo grupo de humor *Porta dos Fundos* que satiriza as ditas conquistas

¹³ Expressão utilizada pelos colonizadores na época do contato. Para mais informações ver: Gruzinski (1999) e Amado e Garcia (1989)

¹⁴ **Colonizado**. Porta dos fundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VilBcsGdYDM>. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

dos grupos indígenas na nossa sociedade, como também faz relação com o contato inicial entre os europeus e os grupos nativos nas terras que viriam a ser chamadas de Brasil.

Na segunda aula, após traçarmos o contexto histórico, abordamos as lutas que estão sendo travadas por esses grupos que desde a colonização foram sendo segregados e desprovidos de direitos no decorrer da história diante da expulsão ou inserção forçada na sociedade.

Os alunos se interessaram bastante sobre essas lutas atuais e nos questionaram como e o quê os grupos indígenas estavam fazendo para permanecerem em luta por seus direitos. Para respondermos essas questões utilizamos trechos do vídeo “Demarcação já”¹⁵ feito através de mobilizações para que os direitos indígenas sejam respeitados em nossa sociedade. O vídeo causou um grande impacto que os levou a novas indagações.

Para poder conseguir sanar as dúvidas utilizamos da explicação acerca do próprio nome do vídeo. Nesse caso, ressaltamos a importância da demarcação das terras indígenas como forma mantenedora da vida que está garantida, em tese, pelo art. 231 § 1º e 2º da Constituição Brasileira de 1988, tendo em vista que os grupos indígenas estão intimamente ligados com a terra e dela tiram os meios para sua sobrevivência. Ao descortinarmos essas situações presentes na realidade conseguimos alguns objetivos almejados, principalmente com relação a não aceitação de certos costumes tidos por naturais, criados socialmente em virtude de desconhecimentos motivados eventualmente por omissões feitas especialmente por nossas escolas.

No nosso segundo momento, em meio ao desconhecimento dos alunos sobre as sociedades indígenas, a aula foi direcionada nas riquezas culturais que elas apresentam no país. Para que isso fosse possível nos utilizamos dos jogos Mundiais dos Povos Indígenas que tiveram sua primeira edição realizada no Brasil, mais precisamente na Capital do Estado do Tocantins, Palmas.

A partir da análise de como eram organizados os jogos e através das modalidades esportivas praticadas nos propusemos a realizar uma aula dinâmica com participação dos alunos. Para que isso fosse possível levamos um pequeno arco e flecha de plástico com a intenção de que ele fosse utilizado pelos alunos da seguinte forma: no quadro branco escrevemos alguns elementos da cultura indígena como, por exemplo, o cocar, a pintura corporal, a lança, a zarabatana, o artesanato, o filtro de sonhos, a pintura corporal, a peteca, o

¹⁵ **Demarcação já.** Mobilização Nacional Indígena. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wbMzdkAMsd0>. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

saiote e as modalidades esportivas como a corrida de tora e o Ronkrã¹⁶. A ideia era que os alunos utilizassem a flecha com ponta ventosa para que, na medida em que acertassem os locais onde os nomes estavam escritos, fizéssemos a elucidação das características de cada elemento que compunha a cultura indígena. A curiosidade por parte dos alunos, diante de algo diferente feito por nós, levou a uma maior participação de todos, sendo uma aula bastante proveitosa.

Após esses dois momentos de elucidações com relação à história e as perdas que esses grupos de nossa sociedade tiveram desde o contato inicial, assim como, também, o processo de descaracterização da cultura indígena diante a homogeneização fizemos o contraponto evidenciando as riquezas presentes dentro dessa cultura segregada historicamente. Sugerimos aos discentes que fizessem pesquisas a partir do que tínhamos exposto nas aulas focando nas características e atuais situações que os grupos indígenas vêm vivendo. Para isso, pedimos que focassem nos grupos indígenas da Paraíba, ou seja, um conteúdo que, além de ser mais próximo da realidade deles, é lugar de completo desconhecimento da grande maioria dos alunos.

Por meio da pesquisa feita pelos alunos esperávamos que eles passassem a conhecer propriamente a realidade em que estavam inseridos e que as características e histórias que apresentamos nas aulas anteriores não ficassem distante deles, mas que pudessem identificar características acerca de como a sociedade tratou e trata essas comunidades.

Feitas as pesquisas os alunos apresentaram os resultados em forma de seminário com participação de todos, tirando dúvidas que iam surgindo e construindo o conhecimento de maneira colaborativa. Através dessa pesquisa almejávamos que o conteúdo explicitado em sala desse sentido às suas realidades fugindo, portanto, da obscuridade e abstração.

Com a parte em sala de aula concluída nos preparamos para finalizar nossa proposta com a aula de campo, onde poderíamos evidenciar algumas características que trabalhamos nas aulas anteriores. A organização e consequente efetivação da proposta de aula de campo foi a mais difícil de nossa caminhada, pois tivemos grandes dificuldades com relação ao transporte dos estudantes que sairia da escola situada em Guarabira - PB para a comunidade indígena localizada na cidade da Baía da Traição - PB, litoral norte da Paraíba distante, aproximadamente, 76km.

Nossos problemas envolveram algumas burocracias com relação à Prefeitura Municipal de Guarabira, por meio da Secretaria de Transportes, onde a mesma demorou

¹⁶ Esporte coletivo praticado pelo povo Kayapó, do Pará. Semelhante ao hóquei sobre grama é jogado em um campo de tamanho similar ao do futebol.

muito para ceder um ônibus para a viagem da escola. Solucionados os problemas somente no dia 31 de Agosto de 2017 é que pudemos efetivar a viagem até a Baía da Traição onde seria realizada a aula de campo. Lá tivemos a oportunidade de conhecer a Aldeia São Francisco onde residem os descendentes diretos dos povos Potiguaras (povos que habitavam o litoral paraibano antes da chegada dos portugueses, e conseqüente colonização).

De início fomos recebidos pelo Cacique da aldeia conhecido como seu Tônho. Ele nos relatou sobre a história e formação da Aldeia, falou sobre os antepassados e os conflitos entre homens brancos e nativos daquela região, além da tomada das terras por parte dos latifundiários e as problemáticas que se deram no sentido de inferiorizar os povos nativos, seja pela dizimação violenta, seja pela integração forçada.

Tais relatos despertaram curiosidades e sensibilizaram todos os alunos da Escola Monsenhor Emiliano de Cristo, pois na aula de campo eles puderam conhecer de perto o que estávamos discutindo em sala tornando o conteúdo muito mais impactante, uma vez que os integrantes da comunidade indígena que conhecemos participaram das lutas e desfechos que essas sociedades enfrentaram desde a colonização. Os alunos observaram o modo social dos povos da Baía da Traição, o quanto suas práticas foram modificadas ao longo do tempo, o comércio integrado na Aldeia como forma de subsistência, a forma de alimentação, a relação entre adultos e crianças e as perspectivas entre passado, presente e futuro em torno da vida dos povos nativos do Estado da Paraíba.

Dessa forma fechamos nossa proposta com sentimento de dever cumprido. Mediante nossas intervenções evidenciamos as lutas que essa parcela de nossa sociedade trava diariamente para continuar existindo. Por meio da nossa proposta nossos alunos puderam entender as riquezas presentes nessa sociedade, a forma de lidar com a natureza e como essas comunidades indígenas sobrevivem em meio aos preconceitos presentes em nossa sociedade que foram construídos historicamente e levam esses grupos a um risco iminente e diário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos das inúmeras dificuldades enfrentadas no ambiente escolar: alunos e professores desmotivados, distância entre os conteúdos do ensino de história e a realidade dos alunos, dentre outros fatores. No entanto, ainda estamos na luta buscando melhorias para o processo educacional.

A proposta desse trabalho foi evidenciar a nossa prática com relação à tentativa de aplicarmos a lei 11.645/08 na escola. Na tentativa de colocar em ação a nossa proposta

esbarramos em diversas dificuldades e empecilhos. Mesmo assim persistimos. Persistimos como forma de resistência, característica do ofício de um professor.

A persistência é fundamental na prática docente, sem ela não conseguiríamos bons frutos e, assim, não haveriam recompensas. Entretanto, nossa resistência ainda é tímida perante a resistência do movimento indígena e das comunidades segregadas. Durante quinhentos e dezoito anos eles foram marginalizados, assassinados, destruídos moral e fisicamente. Assim aconteceu na colonização, no Império, na República (“velha” ou “nova”), no regime civil-militar. A resistência é uma das principais características das comunidades indígenas. Resistência diante dos massacres e preconceitos que oprimem e subjagam essa parcela de nossa população.

Esse trabalho está sendo escrito em um momento tenso em que opressões se amontoam diante das comunidades indígenas. O futuro pode ser tenebroso, parte de nossa sociedade ainda repercute ideias preconceituosas que foram sendo construídas ao longo da história do Brasil. Diante disso, estigmatizam e desmerecem direitos conquistados a duras penas, com muito sangue e sofrimento.

Nossa busca em “dar voz” a essa parcela da sociedade foi cheia de percalços. Salientamos que mesmo diante das dificuldades conseguimos alcançar os objetivos pretendidos e tomamos os devidos cuidados. Evidenciamos as riquezas e a multiplicidade encontrada dentro das sociedades indígenas para não incorremos no erro de homogeneização nem da fragmentação dessas sociedades. Nossa prática incorreu nas diversas leituras tidas na universidade e nas relações cotidianas dentro da escola. Moldamos nossos conhecimentos, adaptamos, reconduzimos para nossos alunos e construímos novos mediante a interação cotidiana. Acreditamos que a partir da escola poderemos desmistificar preceitos sociais com relação às comunidades indígenas, fazendo com que a sociedade tenha uma percepção menos estereotipada desses grupos sociais. Por meio da escola, direitos podem ser respeitados sem desmerecimento social, sobretudo com relação à posse da terra que esta intimamente ligada à subsistência dessas comunidades.

Através da efetiva prática da lei 11645/08 conseguiremos reparar, em parte, valores que foram historicamente tirados das sociedades indígenas, relegadas ao esquecimento contínuo. Para isso, faz-se necessário que os professores, em conjunto com seus alunos, possam construir e remodelar ideais preconizados em nossa sociedade que por desconhecimento continuam a segregar essa parcela de nossa sociedade. Que possamos, acima de tudo, resistir em busca de uma educação melhor, em busca de uma sociedade melhor através do respeito às diversidades, repúdio a segregação imposta, quebra de preconceitos e

paradigmas nocivos a determinadas parcelas da sociedade brasileira. Talvez seja utópico, mas que nos agarremos a essas utopias e que elas nos façam resistir, ressignificar e melhorar nossa sociedade através da educação e das práticas escolares.

**ETHNIC RACIAL TEACHING PRACTICES: A POSSIBILITY OF APPLICATION
OF LAW 11.645/08.**

ABSTRACT

This article aims to ponder the teaching practice when they are worked in the ethnic-racial thematic classroom according to the law 11.645/08. Primarily, we will briefly discuss about the indigenous issues, as well as the strive of the indigenous movement in the search for their banned rights throughout our history, therefore seeking their place in the society. In a second moment, will be relate the experience in the classroom offered through the PIBID (subproject History UEPB Campus III), at the Escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo, in 2017 city of Guarabira. There we evolved the Identity/ indigenous citizenship project in the 21st century which aims to bring indigenous culture closer to our students and possibly to solve some prejudices found in relation to the indigenous groups present in society. As theoretical contribution to developing this work it will be used, in the perspective of knowledge of movement and indigenous struggles, Munduruku (2012) and as a reflection of teaching practice in the classroom the authors: Shimidt (2009) and Bittencourt (2009).

Keywords: Teaching Practice, Indigenous Issues, PIBID.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Colombo e a América: quinhentos anos depois**. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1991.

AMADO, Janaína. GARCIA, Ledonias Franco. **Navegar é preciso**. 5ª ed. São Paulo: Atual, 1989.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Planejamento docente na aula de história: princípios e procedimentos teórico-metodológicos**. In: Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 14 (jan. – jun. 2013), Feira de Santana – BA (Brasil), jun./2013. p. 3-28. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>. Acesso em: 19 jul. 2018

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas: conhecer para respeitar**. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria I. H.; XAVIER, M. L. M. F (Orgs.). Povos indígenas e educação. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 200p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

GARRIDO, Elsa. **Sala de aula: espaço de construção do conhecimento para o aluno e de pesquisa e desenvolvimento profissional para o professor**. In: CASTRO, Amelia D. de.; CARVALHO, Anna Maria P. de. (Org.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 125-141.

GOMES, Mércio Pereira. **O caminho brasileiro para a cidadania indígena**. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século 1480-1520: As origens da globalização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Por uma História prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007. P. 17 – 36.

SCHMIDT, M. A. M. S.; GARCIA, Tânia M. F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história.** Cad. Cedes, v. 25, n. 67, p. 297-308, 2005.

_____. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** In: O saber histórico na sala de aula (org) BITTENCOURT, Circe, São Paulo, Ed Contexto, 2009. p. 54 – 66.

SCHNEIDER, Juliana Medeiros. **Povos indígenas e a lei nº 11.645:** (in) visibilidades no ensino de história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria I. H.; XAVIER, M. L. M. F (Orgs.). Povos indígenas e educação. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 200p.

VALETINI, Aline de Alcântara. **As Histórias e culturas indígenas nos currículos das licenciaturas em História.** Revista Temporis[ação](ISSN 2317-5516) v.18, n.1. 2018. p. 9-34 Disponível em <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/view/434/showToc>. Acesso em: 23 jul. 2018.

Leis consultadas

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.